

Do benzimento das monjas. A profissão monástica feminina nos códices de Alcobaça*

C A T A R I N A F E R N A N D E S B A R R E I R A

Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/UNL)
cbarreira@fcsh.unl.pt

Resumo: O presente artigo pretende analisar quatro códices litúrgicos originários do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça, copiados entre meados do século XV e o século XVII, nomeadamente ao nível da inserção de adições textuais relativas a rituais próprios de comunidades femininas. É nossa intenção, por um lado, perceber e contextualizar a existência e os usos dados a essas adições e, por outro, compreender de que modo as referidas adições permitem um melhor conhecimento dos mosteiros cistercienses femininos e da forma pela qual o Mosteiro de Alcobaça exerce a sua jurisdição sobre os mesmos nesse período.

Palavras-chave: Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro de Cós, códices, rituais, profissão monástica.

On the Consecration of Nuns; female monastic profession in the codices of Alcobaça.

Abstract: This article concerns four liturgical codices copied in the *scriptorium* of the Monastery of Alcobaça between the mid-fifteenth and the seventeenth centuries. The late textual additions that concern rituals specific to Cistercian nunneries will be examined with the aim of understanding the uses of such additions in their context, and of determining their impact on our knowledge of female Cistercian monasteries and on Alcobaça's jurisdiction over the women under its wing during this period.

Keywords: Monastery of Alcobaça, Monastery of Cós, manuscripts, rituals, monastic profession.

* Este texto corresponde a uma parte da comunicação "Do benzimento das monjas. A profissão monástica feminina nos manuscritos de Alcobaça" proferida no evento do 2.º aniversário da inscrição dos manuscritos *Apocalipse de Lorrvão e Comentário ao Apocalipse do Beato de Liébana do Mosteiro de Alcobaça* no Registo de Memória do Mundo da Unesco, organizado pelo Município de Penacova; BNP; DGLAB; DGPC/Mosteiro de Alcobaça; Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Associação Pró Defesa do Mosteiro do Lorrvão, que teve lugar em novembro de 2017, no Mosteiro do Lorrvão. A autora é Investigadora Responsável no Projeto Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um *scriptorium* medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo, com a referência PTDC/ART-HIS/29522/2017, financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Considerações iniciais

Nas últimas décadas, tem vindo a desenvolver-se o interesse pela liturgia medieval, em particular em torno dos livros litúrgicos, da sua importância enquanto fonte e das metodologias a usar no seu estudo, o que tem incrementado o número de trabalhos publicados sobre o assunto¹. Não é exagerado mencionar que, enquanto fonte, os códices litúrgicos são os manuscritos mais interessantes e férteis que um *scriptorium* monástico produziu. Desde logo, porque são testemunhos “vivos” da forma como a liturgia foi celebrada diariamente e como evoluiu ao longo dos séculos². Depois, tais códices informam sobre quais eram as devoções próprias de cada casa religiosa e as suas dinâmicas. O caso dos cistercienses é particularmente significativo. Nos códices litúrgicos produzidos e/ou utilizados no seio dos seus mosteiros é possível observar e situar cronologicamente as adaptações locais à normativa provinda dos Capítulos Gerais de Cister³. Desta forma, estes livros são também repositórios de memória das comunidades onde foram produzidos e usados, lidos e anotados, isto é, documentam uma relação muito próxima com a comunidade, com os monges⁴ e com o seu dia-a-dia sem esquecer os locais por onde circularam⁵.

O estudo destes livros permite igualmente colocar a questão da uniformidade litúrgica cisterciense⁶. Sabe-se que estes códices – através do seu conteúdo

-
- 1 Para destacar alguns dos contributos mais significativos: Andrew Hughes – *Medieval manuscripts for Mass and Office: a Guide to their organization and terminology*. Toronto: University of Toronto Press, 1982; Cyrille Vogel – *Medieval Liturgy. An Introduction to the sources*. Washington: The Pastoral Press, 1986; Eric Palazzo – *A History of Liturgical Books from the beginning to the thirteenth century*. Collegeville/Minnesota: The Liturgical Press, 1998; Helen Gittos e Sarah Hamilton, edit. – *Understanding Medieval Liturgy. Essays on interpretation*. Londres: Routledge, 2016. Teresa Berger e Bryan D. Spinks, edit. – *Liturgy's Imagined Past/s. Methodologies and Materials in the Writing of Liturgical History Today*. Collegeville, Minnesota: Liturgical Press, 2016.
 - 2 Carol Symes – Liturgical Texts and Performance Practices. In *Understanding Medieval Liturgy. Essays on interpretation*. Edit. Helen Gittos and Sarah Hamilton. Londres: Routledge, 2016, p. 239-267; Catarina Fernandes Barreira – *Ad candelas ou a festa da Purificação da Virgem no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça entre os séculos XII e XVI*, In *Devoções e sensibilidades marianas: da memória de Cister ao Portugal de hoje. Livro do XIII Encontro Cultural de S. Cristóvão de Lafões*. Coord. Maria Alegria Marques e Helena Osswald. S. Cristóvão de Lafões: Edição da Associação de Amigos de S. Cristóvão de Lafões, 2018, p. 135.
 - 3 Olivier Legendre – Some Tools for Dating and Localizing Manuscripts. *Journal of the Early Book Society for the Study of Manuscripts and Printing History*. New York, n.º 11 (2008), p. 181-196 e Patricia Stirnemann – Dating, Placing and Illumination. *Journal of the Early Book Society for the Study of Manuscripts and Printing History*. New York, 11 (2008) 155-166.
 - 4 Catarina Fernandes Barreira, Maria João Melo, Rita Araújo e Conceição Casanova – Through the eyes of Science and Art: a fourteenth century winter Breviary from Alcobaça scriptorium. *Journal of Medieval Iberian Studies. Looking Ahead: New Approaches to Medieval Iberian Heritage*. 8:2 (2016), 252-282; Catarina Fernandes Barreira – O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o *Ordinário do Ofício Divino* Alc. 62 e o *Livro de Usos* Alc. 208. *Cadernos de Estudos Leirienses*, 11 (dez. 2016), 329-341; Idem – Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça. In *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Coord. Carla Varela Fernandes. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2015, p. 131-152.
 - 5 Ana Suárez Gonzalez – Notas “de viaje” sobre un libro viajero (Arouca, Museu de Arte Sacra, Livro L-Ms. 19). *Rudesindus. Miscelánea de arte y cultura*. 8 (2012) 87-114.
 - 6 A questão (e o mito) da unanimidade litúrgica no contexto cisterciense tem vindo a ser debatida entre os especialistas do tema, pelo menos, desde a década de 50 do século passado: Jean Lefèvre e Bernard Lucet – Les codifications cisterciennes

como as leituras, orações, calendários ou festas a observar – constituíram, desde o início da Ordem de Cister, um importante instrumento de unidade entre as suas diversas casas. Neste sentido, o livro litúrgico configurava um elemento importante da identidade cisterciense. Com efeito, pela via da uniformidade alcançava-se a homogeneização da prática litúrgica, tal como a possibilidade do uso dos livros litúrgicos em todas as comunidades⁷, ainda que, na prática, a legislação saída dos Capítulos Gerais obrigasse a uma atualização permanente dos livros litúrgicos, quer através da inserção de adições textuais, quer através da realização de novos exemplares, atualizados.

As investigações de Aires A. Nascimento⁸ sobre a biblioteca de Alcobaça e as de Catarina Fernandes Barreira⁹, que as acompanham de muito perto, têm vindo a confirmar que a comunidade monástica alcobacense não foi passiva, nem mesmo quando se tratou da prática litúrgica e da normativa que a regulamentava. Os códices litúrgicos produzidos no *scriptorium* de Alcobaça atestam que a comunidade monástica alcobacense manteve uma atitude ativa em relação ao que era recebido para ser copiado, na maior parte dos casos, no cumprimento rigoroso das orientações a cumprir, mas também na adaptação da liturgia a devoções próprias (resultado da presença de relíquias, por exemplo), ou, por fim, na realidade vivencial do Mosteiro por aqueles que o habitavam, o seu contexto¹⁰. O que não significa que a questão da uniformidade litúrgica cisterciense não fosse observada: os textos, as fórmulas e as orações dos códices litúrgicos constituem provas dessa procura de uniformidade. Contudo, o que lhes é agregado, sob a forma de adição textual revela

aux XIIe et XIIIe siècles d'après les traditions manuscrites. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis*. 15 (1959) 3-22; Louis Lekai – Ideals and reality in Early Cistercian History. In *Cistercian Ideals and reality*. Ed. John R. Sommerfeldt. Kalamazoo: Michigan, 1978, p. 4-29; Jean-Baptiste Auberger – *L'unanimité Cistercienne Primitive: Mythe Ou Réalité*. Achel: Cîteaux Commentarii Cistercienses, Editions Sine Parvulus, 1986; Thomas Falmagne – Le réseau des bibliothèques cisterciennes. In *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XII au XVII siècle*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2000, p. 195-222; Idem – *Les Cisterciens et leurs bibliothèques*. Troyes: Médiathèque du Grand Troyes, 2012, p. 16 e 17; Brian Patrick Mcguire – Constitutions and the General Chapter. In *The Cistercian Order*. Ed. Mette Birkeedal Brunn. Cambridge: Cambridge University Press, p. 87-100. Ver também: Thomas Falmagne, Dominique Stutzmann e Anne-Marie Turcan-Verkerk – *Les Cisterciens et la transmission des textes (XIIe – XVIIe siècle)*. Turnhout: Brepols, 2018, p. 14.

7 Sobre a uniformidade litúrgica ver Helen Gittos – Researching the History of Rites. In *Understanding Medieval Liturgy. Essays on interpretation*. Edit. Helen Gittos e Sarah Hamilton. Londres: Routledge, 2016, p. 13 a 37.

8 Destacamos as suas últimas publicações, duas antologias, onde o autor reúne uma boa parte dos seus estudos: Aires A. Nascimento – *O scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*. Alcobaça: DGPC/Mosteiro de Alcobaça, 2018 e ainda, Idem – *Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2 vols. 2012; Idem – *Legendarium Alcobacense*. In *Nos Confins da Idade Média*. Lisboa, 1992, p. 149-150; Idem – *Le scriptorium d'Alcobaça: identité et corrélations. Lusitania Sacra*. 2.ª série, 4 (1992) 149-162; Idem – *A experiência do livro no primitivo meio alcobacense*. In *Atas do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo*. Braga: Universidade Católica e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 121-145.

9 Catarina Fernandes Barreira – Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de uma livraria copiosa. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 17 (2017) 33-62 e Idem – Questões em torno da unanimidade litúrgica no Mosteiro de Alcobaça, séculos XIII a XV. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 16 (2016) 33-54.

10 Catarina Fernandes Barreira – *Ad candelas* ou a festa da Purificação da Virgem..., p. 137-176.

escolhas e especificidades litúrgicas muito próprias e, por isso, deve ser estudado em contexto de produção, de circulação e de uso(s)¹¹.

São algumas dessas adições que vamos aqui problematizar: em primeiro lugar, perceber a sua integração na organização interna do manuscrito, isto é, onde se encontram em relação às diferentes secções que constituem os códices litúrgicos. De seguida, em que data foram feitas e agregadas aos mesmos. Em terceiro lugar, interpretá-las, à luz do conhecimento da prática litúrgica do Mosteiro de Alcobaça, e perceber que significados têm. Por fim, procurar-se-á averiguar a forma como se articulam com a identidade da comunidade cisterciense alcobacense e as ligações que estabelecem com outras casas cistercienses, nomeadamente femininas.

1. Bibliotecas e scriptoria de mosteiros femininos

Em Portugal, há ainda muito por fazer no campo do estudo das bibliotecas dos mosteiros cistercienses femininos na Idade Média¹². Chegaram até nós dois acervos representativos, o de São Mamede de Lorvão¹³ e o de São Pedro de Arouca¹⁴. De Santa Maria de Celas sobreviveram cerca de meia dúzia de

11 Catarina Fernandes Barreira – Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos...p. 33-62.

12 Para uma visão de fundo sobre a fundação destes mosteiros, ao longo do século XIII, ver Luís Miguel Rêpas – Os Mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. *Fundações e fundadores*. In *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*. Coord. M.ª Isabel Viforcos Marinas e M.ª Dolores Campos Sánchez-Bordona. León: Universidade de León, 2005, p. 51-78; Idem – A origem de alguns mosteiros cistercienses femininos no século XIII. *Cadernos de Estudos Leiriosenses*, 10 (Out. 2016) 159-171. Ver também Maria Alegria Marques – A integração das mulheres na Ordem de Cister. O caso português. In *Actas II Congresso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*. Ourense, 1998, vol. 1, p. 107-124 e Francisco Teixeira – Les monastères cisterciens féminins au Portugal. In *Unanimité et diversité cisterciennes...*, p. 557-566.

13 Constituído por mais de cinco dezenas de manuscritos, maioritariamente dos séculos XV e XVI, encontra-se disponível no Arquivo Nacional, Torre do Tombo in <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4381075>. Também existem alguns Antifonários do Lorvão na Biblioteca Nacional (BNP, LC 90 e LC 92). Sobre os manuscritos anteriores à comunidade de monjas cistercienses ver: Aires A. Nascimento – *Os antigos códices de Lorvão. Balanço de pesquisa e recuperação de tradições*. Penacova: Município de Penacova, 2016; ver também: Horácio Peixeiro – A Iluminura do Missal do Lorvão. Breve nota. *Didaskalia*. XXV (1995) 97-106 e Idem – Algumas reflexões sobre Iluminura em Portugal. *Revista da Biblioteca Nacional*. 1-2 (Jan/Dez. 1995) 169-194.

14 Constituído por cerca de três dezenas de manuscritos, do século XIII ao século XVIII, conservados pela Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, recentemente estudados por um projeto de investigação coordenado pelo CESEM NOVA FCSH (Manuel Pedro Ferreira e Zuelma Chaves) e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian in *Acervo histórico do Mosteiro de Arouca – Catálogo* (<http://arouca.fchsh.unl.pt/>).

Sobre os códices de Arouca: Solange Corbin – *Essai sur la Musique Religieuse Portugaise au Moyen Age (1100-1385)*. Paris: Les Belles Lettres, 1952, p. 164-165. Manuel Pedro Ferreira – A música antiga nos manuscritos de Arouca: contribuição para um catálogo (com Mara Fortu). In *O órgão do Mosteiro de Arouca: conservação e restauro do património musical*. Coord. Ângela Melo. Vila Real/Arouca: Direção Regional de Cultura do Norte/Câmara Municipal de Arouca, 2009, p. 40-53; Idem – O hino polifónico de Arouca no contexto cisterciense. In *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular*. Vol. 2: *Música eclesialística*. Coord. Manuel Pedro Ferreira. Lisboa: Imprensa Nacional; Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 212-254. Mara Fortu – *Os manuscritos litúrgico-musicais da Ordem de Cister em Portugal e na Galiza (Espanha)*. Lisboa: FCSH-UNL. Dissertação de doutoramento, 2014; Adelaide Miranda – Do esplendor do ornamento à simplicidade da imagem: A iluminura românica dos manuscritos do Mosteiro de S. Pedro de Arouca. In *O Mosteiro de Arouca: Pergaminhos*. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda/Museu de Arte Sacra, 1995, p. 5-12. Aires A. Nascimento – Livros e tradições

manuscritos¹⁵, do Mosteiro de São Dinis de Odivelas conservaram-se alguns Antifonários¹⁶, de Santa Maria de Almoester sobreviveu um Antifonário¹⁷, e de São Bento de Cástris chegaram até nós alguns códices, mas apenas do século XVI ou posteriores¹⁸.

O problema é que, sendo todas estas comunidades fundadas ou afiliadas ao longo do século XIII, os códices que integram os seus fundos monásticos datam maioritariamente do século XV em diante, com exceção do fundo de Arouca. Onde estão os manuscritos mais antigos, necessários ao funcionamento das comunidades, os quais deveriam fazer parte de um “pacote-inicial” de códices¹⁹ oferecidos pela abadia-mãe na altura ou pouco depois da respetiva fundação²⁰?

De igual modo, não é impossível que um tal “pacote” nunca tenha existido, tendo em conta que estas comunidades nasceram “a partir da reforma espiritual de uma comunidade beneditina [Arouca e Lorvão] ou através do enquadramento numa regra monástica de um grupo de mulheres piedosas”²¹, como aconteceu com Celas, Cós e Cástris? E de onde provieram os códices de Almoester e Odivelas, comunidades com processos fundacionais mais tardios (1287 e 1295,

hispânicas no mosteiro cisterciense de Arouca. In *Escritos dedicados a José María Fernández Catón*. II, León, 2004, p. 1047-1048; Idem – Osuletur me osculo oris sui: uma leitura a várias vozes ou dramatização do Livro dos Cantares num manuscrito cisterciense de Arouca. In *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Lisboa: Cosmos, 1991, vol. 1, p. 49-55 e Aires A. Nascimento – Écouter la voix de l'Époux: les stratégies de la spiritualité médiévale – l'intensification de lecture du Cantique des Cantiques (à propos des rubriques d'un manuscrit cistercien portugais du XIII. e siècle). In *Spiritualität im Europa des Mittelalters: 900 Jahre Hildegard von Bingen – L'Europe spirituelle au Moyen Âge: 900 ans de l'abbaye de Cîteaux*. Ed. de Jean Ferrari e Stephan Grätzel. St. Augustin: Gardez! Verlag, 1998, p. 53-64. Ana Suárez González – Notas “de viaje” sobre un libro viajero..., p. 87-114. Horácio Peixeiro – Livros litúrgicos cistercienses de Arouca. In *Revista da Biblioteca Nacional*. S. 2: 9 (2), (Julho/Dez. 1994) 61-73.

15 Um *Kyriale* (BNP, L.C. 252), um *Gradual Temporal* (BNP, L.C. 237), quatro Antifonários Santorais (BNP, L.C. 248, 249, 251 e 254), datados entre os finais do século XV e a 1.ª metade do século XVI, segundo o Inventário dos Códices Iluminados até 1500. Vol. 1. Lisboa, p. 300 e 301.

16 Três Antifonários Santorais (BNP, L.C. 159, 160 e 161), dois Antifonários Santorais (BNP L.C. 240, 241) e um Antifonário Comum dos Santos (BNP, L.C. 242), todos dos inícios do século XVI.

17 Luís Miguel Rêpas e Catarina Fernandes Barreira – Um antifonário do Mosteiro de Santa Maria de Almoester, de 1472. *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja*. 14 (Julho/Dez. 2017), 32-36.

18 Maioritariamente Antifonários e Graduais e um Hinário, no Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Évora. Ver Antónia Fialho Conde e Isabel Maria Botelho de Gusmão Dias Sarreira Cid da Silva – Os Livros de Coro do mosteiro cisterciense de S. Bento de Cástris: análise codicológica de um Antifonário. In *El Poder de la Imagen. Ideas y funciones de las representaciones artísticas*. Coord. José María Salvador González. *Mirabilia Ars*. 2 (2015/1) 58-83. Ver Projecto ORFEUS <http://orfeus.pt/> coordenado por Antónia Fialho Conde, onde os códices de São Bento de Cástris se encontram digitalizados.

19 *De construendis abbatibus. VIII. (...) Nom mittendum esse abbatem nouum in locum nouellum sine monachis ad minus XII^{cim}, nec sine libris istis: psalterio, hymnario, collectane, antifonario, gradali, regula, missali*. Crysgonous Waddell – *Twelfth-century Statutes from the Cistercian General Chapter*. Belgium: Cîteaux: Commentarii cistercienses, 2002, p. 512. Ver também: Aires A. Nascimento – *O scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português...*, p. 129.

20 Aires A. Nascimento – Le scriptorium d'Alcobaça: identité et correlations. *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 149-162; p. 153; Emilia Jamroziak – *The Cistercian Order in Medieval Europe. 1090–1500*. London: Routledge, 2013, p. 210.

21 Luís Miguel Rêpas – Os Mosteiros cistercienses femininos em Portugal..., p. 77.

respetivamente), sendo que, no caso de Odivelas, o Mosteiro se ficou a dever à iniciativa régia²²?

Tais interrogações dizem muito sobre o desconhecimento que ainda paira sobre os *scriptoria* que deram origem a estes manuscritos e respetivas tipologias produzidas. Importa, no entanto, ter presente que os códices sobreviventes dos mosteiros femininos são maioritariamente de uso litúrgico e destinavam-se ao canto – como os Antifonários e Graduais. Certamente não seriam os únicos. Nos espaços monacais deveriam igualmente existir livros reservados aos monges e capelães que davam apoio espiritual a estas comunidades e a quem cabia confessar as monjas, presidir à celebração dos ofícios e da missa, administrar os sacramentos às enfermas, encomendar e sepultar as defuntas²³. De que forma estes clérigos chegavam à posse desses livros é ainda uma questão a dirimir de forma cabal, embora os dados existentes sugiram uma multiplicidade de vias. Em alguns casos, eram os capelães que se encarregavam da cópia dos códices necessários²⁴. Em outros casos, tais códices eram provenientes do exterior, à semelhança do *Missal Antigo de Lorvão*, de origem italiana²⁵. Casos havia em que os códices, como alguns daqueles de Arouca, foram encomendados a abades de outros mosteiros²⁶ ou com origem noutros *scriptoria*²⁷.

Este cenário, relativo aos códices sobreviventes das comunidades femininas, é animador quando comparado com os mosteiros cistercienses masculinos, em que as informações sobre as respetivas bibliotecas não provêm do acervo livresco que

22 Luís Miguel Rêpas – O Sagrado e Profano nos Mosteiros femininos cistercienses: espaços e ritos. In *História do Sagrado e do Profano*. Lisboa: Edições Colibri/C.M. Torres Vedras/Inst. Alexandre Herculano, 2008, p. 43-56.

23 Luís Miguel Rêpas – O Sagrado e Profano nos Mosteiros femininos cistercienses..., p. 51; Luís Miguel Rêpas – *Quando a Nobreza traja de branco. A Comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286 – 1299)*. Leiria: Magno Edições, 2003, p. 58 e ss.

24 Como assim aconteceu com um antifonário de Almofter, de 1472, à guarda do Museu Diocesano de Santarém, pertença do Mosteiro de Almofter e copiado pelo capelão a pedido da abadessa: “Este libro mando fazer la mucho honorable. e virtuosa Señora. dona Ysabel d’Andrade abadesa deste monesterio d’Almofter e fizo-le Fre Bartolome. monge da hordem de Cistel seyendo capellam del dicho monesterio e fizo-se en el anno del nacimiento de nostro Señor Ihu Xpõ de mil e CCCC e LXXII anos”. *Apud* Luís Miguel Rêpas e Catarina Fernandes Barreira – Um antifonário do Mosteiro de Santa Maria de Almofter..., p. 32-36. Ou num Colectário do Mosteiro de Lorvão, de 1503: “Em honra e louvor e serviço do senhor deos. A muyto virtuosa Margarida Coelha monja deste mosteyro de Lorrvaao mandou fazer este livro Ao qual apraza polla sua infinita misericordia e piedade que lhe deu graça que faça nesta presente vyda taes obras que mereca de percalcar a gloria [e] (?) [beem] (?) [aventurança] (...) que durar durara pera sempre. Quando a elle aprouver de a levar desta vida presente. Feito no anno da encarnação de mil e quinhentos e três per frey thome capellam do dito mosteyro.”, ANTT, Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, códice 1, fls. 183 e 183v.

25 Horácio Peixeiro – A Iluminura do Missal de Lorvão..., p. 97-106.

26 Horácio Peixeiro – Livros litúrgicos cisterciense de Arouca..., p. 61-73; Paula Cardoso – Beyond the Colophon: assessing roles in manuscript production and acquisition in the Observant Dominican nunneries of Early-Modern Portugal. In *Pecia. Le livre et l’écrit*. Turnhout: Brepols, 2017, vol. 19, p. 59-85.

27 Neste âmbito, o Colectário de Arouca é um códice bastante interessante, com origem no Mosteiro de Santa Maria de Montederramo e que foi para Arouca (cf.: Ana Suárez González – Notas “de viaje” sobre un libro viajero..., p. 87-114; Idem – Cistercian scriptoria in the Twelfth and Thirteenth centuries. In *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*. Coord. James D’Emilio. Leiden: Brill, 2015, p. 765-811).

chegou até nós, mas sim de inventários como aqueles efetuados para os mosteiros de Santa Maria do Bouro e de Santa Maria de Seiça por ocasião da eleição de um abade (1408)²⁸ e de um litígio (1437)²⁹.

Neste particular, a única exceção é a livraria de Santa Maria de Alcobaça, a qual nos legou um conjunto de códices através dos quais é possível estudar a evolução litúrgica da comunidade ao longo de vários séculos. Assim, é nossa intenção analisar quatro códices litúrgicos, copiados no *scriptorium* de Alcobaça, nomeadamente a inserção de adições textuais, cujo conteúdo se refere a rituais próprios de comunidades femininas.

2. Um missal festivo com a missa da consagração das virgens

Começamos por um missal festivo do século XV, o Alc. 459. Trata-se de um códice cuidado na sua elaboração, em particular na ornamentação, constituído por 107 fólhos, estruturados em quaternos, com reclames, e mede 220 X 150 mm. O texto está organizado numa coluna de texto, com 23/24 linhas. Ao início do códice foram agregados meia dezena de fólhos, cuja incoerência na sequência das festividades já foi tratada³⁰ e que se pode ter ficado a dever a uma intervenção na encadernação, anterior à colocação das folhas de papel com a cota e a designação.

A propósito da ornamentação deste missal festivo, nomeadamente das suas cercaduras, quer Horácio Peixeiro³¹, quer Aires A. Nascimento³² destacaram ambos as afinidades com um *corpus* de manuscritos com origem no *scriptorium* da corte, a funcionar ao tempo de D. Duarte e que se prolongou pela regência de D. Pedro, até D. Afonso V³³. Pese embora as semelhanças, tudo indica que este missal festivo tenha tido origem no *scriptorium* alcobacense, em meados do século XV, por causa da

28 José Mattoso – Leituras cistercienses do século XV. In *Obras Completas. Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 276-301 e Maria Alegria Marques – Bens de dois Mosteiros cistercienses no século XV: Santa Maria de Seiça e Santa Maria do Bouro. In *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Maria Alegria Marques. Coimbra: Edições Colibri e FLUC, 2008, p. 239-274.

29 José Mattoso – Leituras cistercienses do século XV..., p. 276-301 e Maria Alegria Marques – Um litígio entre Mosteiros cistercienses no século XV. Alcobaça e Bouro In *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal...*, p. 275-308.

30 Catarina Fernandes Barreira – A iluminura portuguesa no século XV e o missal alcobacense 459...p. 169.

31 Horácio Peixeiro – *Missais iluminados séculos XIV e XV. Contribuição para o Estudo da Iluminura em Portugal*. Lisboa: Tese mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 387-406; Idem – A iluminura portuguesa dos séculos XIV e XV. In *A Iluminura em Portugal – Identidade e influências*. Dir. Adelaide Miranda. Lisboa: Biblioteca Nacional 1999, p. 322 e 323; Idem – A Iluminura portuguesa no século XV. In *O livro e as interações culturais judaico-cristãs em Portugal no final da Idade Média*. Coord. Luís Urbano Afonso e Paulo Mendes Pinto. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014, p. 152 a 155.

32 Aires A. Nascimento – *Ler contra o tempo...* p. 281; 530.

33 Saul A. Gomes – *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 147.

proximidade litúrgica que tem com os outros missais de Alcobaça³⁴. Como indica a sua designação, trata-se de um códice que contém só as missas das festividades mais significativas, do ponto de vista litúrgico, mas tem uma adição textual que já nos colocou muitas questões e, antes de nós, a Horácio Peixeiro³⁵. Essa incorporação, de um só fólio, foi inserida no fim do missal (fls. 101 e 101v) e é a missa da consagração das virgens: *In natali virginum ad missam*. Este fólio está muito próximo, quer sob o ponto de vista codicológico, quer paleográfico, do núcleo do manuscrito, o que nos faz pensar que não deve distar muito deste cronologicamente. Como interpretar a sua cópia e a sua inserção neste códice, em articulação com o contexto do Mosteiro de Alcobaça em meados do século XV?³⁶

Se atendermos ao facto que chegaram ao Mosteiro de Alcobaça códices com origem noutros *scriptoria* cistercienses³⁷, pedidos de cópia de manuscritos³⁸ e solicitações de códices para empréstimo³⁹ podemos pensar, como hipótese, que este códice, feito no *scriptorium* de Alcobaça, se destinou, num segundo momento, a uma comunidade feminina. Contudo, esta carece de provas sólidas, tanto mais que é possível alinhar um conjunto de argumentos que desautorizam uma tal ideia. Em primeiro lugar, o códice não tem nenhuma nota que o mencione, nem exhibe marcas de posse e manuseamento que testemunhem que possa ter pertencido a um mosteiro feminino. Em segundo lugar, tudo indica que este missal se manteve no Mosteiro de Alcobaça até 1833, quando foi levado para a Torre do Tombo⁴⁰, como assim atestam o carimbo da livraria de Alcobaça e a sua presença no *Index Codicum* de 1775⁴¹.

34 Catarina Fernandes Barreira – Ficha de catálogo do n.º 7. Missal Festivo (cisterciense). In *O livro e a Iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*. Coord. Luís Urbano Afonso e Adelaide Miranda. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2015, p. 125-126 e Catarina Fernandes Barreira – A iluminura portuguesa no século XV e o missal alcobacense 459. In *O livro e as interações culturais judaico-cristãs em Portugal no final da Idade Média...*, p. 161-190.

35 Horácio Peixeiro – *Missais iluminados dos séculos XIV-XV...* p. 387 a 406; Idem – A iluminura portuguesa nos séculos XIV e XV..., p. 322.

36 Saul A. Gomes – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa, MC e IPPAR, 1998; Idem – Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos. In *Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2007, p. 19-56.

37 Como é o caso do Alc. 143, um manuscrito copiado em Lorrão: Aires A. Nascimento – *Os antigos códices de Lorrão...*, p. 34; Idem – *Ler contra o tempo...*, p. 311; 402.

38 Como é o caso do Alc. 5, um manuscrito copiado em Alcobaça em 1250 pelo monge Domingos Pires, destinado ao abade de S. João de Tarouca, Aires A. Nascimento – *Ler contra o tempo...* p. 311.

39 Como aconteceu em junho de 1431, quando o infante D. Fernando solicita, por carta, ao prior de Alcobaça, que lhe empreste o Livro das *Confissões*, de Martim Pérez, para mandar fazer uma cópia, in Aires A. Nascimento – *Ler contra o tempo...*, p. 257.

40 Paulo Barata – *Os Livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: BNP, 2003, p. 27 e ss. Idem – As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer. *Lusitania Sacra*. 24 (2011) 125-152.

41 Com a cota CLII (152) de acordo com Frei Francisco de Sá – *Index codicum Bibliothecae Alcobatiae, in quo non tantum codices recensentur, sed etiam quot tractatus, epistolae, &c. singuli codices contineant, exponitur, aliaque animadvertuntur notata digna*. Lisboa: Typographia Regia, 1775, p. 82.

Importa-nos pois, compreender determinados aspetos, de modo a integrar esta adição textual, nomeadamente perceber do que falamos quando nos referimos à missa da consagração das virgens⁴². Em primeiro lugar, o ritual da consagração das virgens acontecia dentro da missa, neste caso, da missa da consagração das virgens e, por isso, a sua agregação a um missal faz todo o sentido.

Segundo Mário Righetti, a igreja instituiu este rito no século IV⁴³, e do mesmo chegaram-nos alguns testemunhos nas centúrias seguintes, dos séculos V e VI, documentados em vários sacramentários⁴⁴: o *Sacramentário Gelasiano* continha uma referência à parábola das virgens associada ao ritual de consagração. Ainda de acordo com Mário Righetti, quer o ritual, quer a missa da consagração das virgens estavam reservados à autoridade do bispo⁴⁵ e eram celebrados nas seguintes ocasiões: Natal, Epifania e Páscoa. Mais tarde, também por ocasião das festas dos apóstolos Pedro e Paulo⁴⁶.

O *Pontifical romano-germânico* da 2.ª metade do século X continha dois rituais de consagração (um dedicado a quem vivia no mosteiro, outro a quem vivia no mundo laico) e uma missa⁴⁷. Vale a pena referir que, na missa da consagração das virgens que viviam no mosteiro, depois do interrogatório à virgem acerca da sua vontade de assumir este compromisso, o bispo colocava-lhe o véu com a seguinte fórmula, de origem galicana, que vamos ter oportunidade de abordar novamente:

“Accipe velum sacrum puella quod perferas sine macula ante tribunal domine nostri Iesu Christi cui flectitur omne genus caelestium terrestrium et infernorum in saecula saeculorum”⁴⁸.

Nesta missa, depois do ofertório, as virgens ofereciam as suas velas ao bispo. Michel Andrieu, na sua obra magistral sobre os *Ordines Romani*⁴⁹, publica cerca de meia centena de *ordines*, onde a consagração das virgens está abundantemente documentada.

42 Sobre a consagração das virgens ver: Anne Leflaive – Épouse *du Christ*. Étude sur la bénédiction et la consécration des Vierges du Pontifical Romain. Paris: Nouvelles Éditions Latines, 1956, p. 56-57. Catherine Vincent – Le cierge de la consécration des femmes sens et fortune d’un signe au Moyen Âge. In *Au cloître et dans le monde. Femmes, hommes et sociétés (IXe-XVe siècle)*. Mélanges en l’honneur de Paulette L’Hermite-Leclercq. Coord. Patrick Henriet et Anne-Marie Legras. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2000, p. 357 e ss.

43 Mario Righetti – *Manuale di Storia Liturgica*. Vol. IV: *I Sacramenti. I Sacramentali*. Milão: Editrice Ancora Milano, 1959, p. 485 e ss.

44 Mario Righetti – *Manuale di Storia Liturgica...*, p. 487 e ss.

45 E por isso este ritual encontra-se vulgarmente no Pontifical.

46 Mario Righetti – *Manuale di Storia Liturgica...*, p. 485.

47 Cyrille Vogel – *Le Pontifical Romano-Germanique Du Dixième Siècle*. Vatican City: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1963, p. 44 e ss. Mario Righetti – *Manuale di Storia Liturgica...*, p. 490 e ss. e *Dizionario degli istituti di Perfezione*. Dir. Guerrino Pellicia e Giancarlo Rocca. Vol. II. Roma: Edizione Paoline, 1975, p. 1623 e ss.

48 *Dizionario degli istituti di Perfezione*. Dir. Guerrino Pellicia e Giancarlo Rocca. Vol. II..., p. 1623.

49 Michel Andrieu – *Les Ordines Romani du Haut Moyen Age*. Lovaina: Spicilegium Sacrum Lovaniense, 1931, vol. 1. Ver também Aimé-Georges Martimort – *Les Ordines, les Ordinaires et les Cérémoniaux*. Bélgica: Brepols, 1991.

No século XIII, e segundo o *Pontifical do bispo Guilherme Durandus*, a cerimónia de consagração das virgens envolvia uma procissão com velas, uma coroa e um anel:

“jeunes filles qui pénétraient dans l’église deux par deux, tenant chacune e mains deux cierges allumés, en réponse à l’appel lancé par l’archidiaque qui les invitait à «prendre leurs lampes et à venir à la rencontre de l’époux». Figures des «vierges sages» de la parabole évangélique, les jeunes filles étaient ensuite reçues par l’évêque qui les bénissait ainsi que leurs vêtements de religion, puis leur remettait les insignes de leur union au Christ, à savoir le voile, l’anneau et la couronne. Elles déposaient leurs cierges à l’autel, lors de l’offertoire de la messe au cours de laquelle prenait place leur consécration”⁵⁰.

Prestemos atenção à questão da procissão com velas⁵¹ e à analogia com a parábola das virgens prudentes (Mt. 25, 1-13), que já vinha do *Sacramentário Gelasiano*, um assunto a que vamos voltar mais tarde.

A consagração das virgens era um ritual que, do ponto de vista simbólico, separava o universo do sagrado do profano: as virgens entregavam a sua vida a Cristo e a Deus. Com a consagração assumiam o compromisso da virgindade e, a partir deste momento, usavam um véu – e por isso tomavam a designação de *velatio virginum*⁵². Este véu, benzido pelo bispo que presidia à cerimónia, era-lhes colocado no âmbito do ritual, tal como a coroa e o anel, símbolos da sua união com Cristo e assinalavam o momento de entrada na vida consagrada, com muitos paralelismos com o sacramento do casamento. O véu, para além do valor simbólico e ritual, ocultava os cabelos e, deste modo, funcionava como um elemento de distinção social, face a outras mulheres.

Perante o exposto pensamos que o ritual de consagração das virgens pode ter funcionado, entre os séculos IV e XIII, pelo menos, como um ritual que assinalava a entrada em religião (e reclusão) das mulheres virgens, distinto da profissão religiosa, embora com muitas semelhanças entre os procedimentos e as fórmulas⁵³. Estas não assumiam os votos de pobreza e obediência, mas gozavam de uma condição especial, isto é, específica, para com a Igreja⁵⁴. Segundo René Metz:

50 Catherine Vincent – Le cierge de la consécration des femmes sens et fortune d’un signe au Moyen Âge..., p. 357 e René Metz – La couronne et l’anneau dans la consécration des vierges. Origine et évolution des deux rites dans la liturgie latine. In *Revue des Sciences Religieuses*. 28:2 (1954) 113-132.

51 Neste âmbito ver: Joaquim Oliveira Bragança – A parábola das Virgens na espiritualidade medieval. In *Didaskalia*. II (1972) 113-40; Aires A. Nascimento – Écouter la voix de l’Époux: les stratégies de la spiritualité médiévale..., p. 53-64.

52 Mario Righetti – *Manuale di Storia Liturgica...*, p. 490 e Catherine Vincent – Le cierge de la consécration des femmes sens et fortune d’un signe au Moyen Âge..., p. 359.

53 Katherine O’Brien O’Keeffe – *Stealing Obedience: Narratives of Agency and Identity in Later Anglo-Saxon England*. Toronto: University of Toronto Press, 2012, p. 191, nota 18; p. 195/196, nota 28; p. 197.

54 Matias Augé – *Liturgia. História, celebração, teologia, espiritualidade*. Lisboa: Paulinas, 2005, p. 199.

“Rares furent les vierges chrétiennes vivant dans le monde qui, après le XI^e siècle, reçurent la consécration. La cérémonie restera en usage encore quelques siècles dans les monastères. (...) Il faudra attendre la seconde moitié du XIX^e siècle pour que le rite liturgique de la consécration des vierges retrouve un regain d’intérêt. Mais cette remise en honneur de la consécration des vierges ne concerne que les moniales. Pour les personnes partageant la vie des autres fidèles, il faudra attendre encore quelques décennies”⁵⁵.

Na edição crítica dos *Ecclesiastica Officia*, Daniele Choisselet e Placide Vernet⁵⁶ referem que este ritual era estranho à liturgia cisterciense, porque não fazia sentido: as monjas professavam e era no âmbito da profissão monástica e dos votos que recebiam o véu benzido, e às mãos do abade. No entanto, Marie-Hélène Delofre refere, a propósito de um texto (os *Exercícios Espirituais* de Santa Gertrude d’Helfta), que o mosteiro feminino onde o texto foi produzido estava ligado à cultura e à observância cistercienses: “monastère ayant cependant gardé la consécration des vierges, abandonnée progressivement à partir de la fin du XII^e siècle par les monastères de moniales cisterciennes intégrés à l’Ordre.”⁵⁷ A autora diz ainda que, em 1234, o Capítulo Geral interdita os abades de consagrar as virgens⁵⁸.

Apesar disto, temos documentada a consagração das virgens em pelo menos dois testemunhos dos séculos XIV e XV, pertencentes a mosteiros portugueses: o ritual da consagração das virgens no já referido *Missal Antigo de Lorvão*⁵⁹ (o ritual da consagração tem início no fl. 146v e prolonga-se pelos fólhos seguintes até ao fl. 160) e a missa no Alc. 459.

Deste modo, colocamos a hipótese de a missa da consagração e o respetivo ritual de consagração das virgens poderem ter sido celebrados enquanto ritos de admissão que assinalavam a entrada, em reclusão, de mulheres que dedicavam a sua virgindade a Deus, nos mosteiros femininos cistercienses. Uma condição distinta

55 Marcel Metzger – La révision de l’antique prière de bénédiction des vierges. *Revue des sciences religieuses*. 86/1 (2012); René Metz – *La consécration des vierges. Hier, aujourd’hui, demain*. Paris: Edit. du Cerf, 2001, p. 121.

56 Daniele Choisselet e Placide Vernet – Choisselet, Danièle e Vernet, Placide – *Les Ecclesiastica officia cisterciens du XII^e siècle*. Reiningue: Documentation Cistercienne. Vol. 22, 1989, p. 463.

57 Marie-Hélène Delofre – Les Exercices de Sainte Gertrude d’Helfta. *Cîteaux: Commentarii cistercienses*. 68: 1-4 (2017) 124-125.

58 E para o fundamentar reporta o leitor ao livro de Jean de la Croix Bouton – *Les Moniales Cisterciennes. Livre premier: Histoire externe*. Grignan: Commission pour L’Histoire de L’Ordre de Cîteaux, 1986, p. 66. Mas a data que aparece na p. 66 do referido livro é 1134 e não 1234. Este último refere que os ditos estatutos de 1134 interditam aos abades a consagração das virgens, ritual reservado aos bispos. Ora na edição de Crysogonus Waddell – *Narrative and Legislative Texts from early Cîteaux*. Belgium: Cîteaux: Commentarii cistercienses, 1999, p. 467, o que os *Instituta* mencionam é: “Prohibitum est ne quis abbatum nostrorum monacham benedicere, infantulum baptizare...”, p. 467.

59 *Missal Antigo de Lorvão*, Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, código 43, um missal plenário incompleto, do século XIV, de origem italiana e “destinado a uma comunidade cisterciense feminina, como pode inferir-se do seu santoral, da inclusão do ritual da Consagração das Virgens (fls. 146v.-160r.) e do formulário do *orate fratres* este luxuoso código foi, provavelmente, objeto de encomenda das monjas lorvanenses” in Horácio Peixeiro – A Iluminura do Missal de Lorvão..., p. 98-100.

das mulheres que professavam, que assumiam os votos de pobreza e obediência. É necessário considerar que, nos inícios do século XIII, quando se dá a expansão das comunidades femininas que adotam os costumes cistercienses, o modelo não é rígido, mas flexível⁶⁰.

Esta hipótese ganha peso com a análise de outros códices alcobacenses, como o Alc. 218. Este manuscrito reúne vários textos normativos, copiado e vertido para português ao tempo de D. Estevão de Aguiar (1431-1446), mais concretamente entre 1439 e 1440, cujo conteúdo evidencia objetivos reformistas⁶¹. Para o caso que é o nosso, importa observar um passo do texto das Definições *velhas*, datadas de 1316/7, nas quais encontramos a seguinte menção:

“E das consagraçoes (sic) das monjas. nenhuia abadessa ou monja se antremeta. mais em todo seja cometido da parte do capitollo geeral aa desposiçom dos padres abbades” (fl. 82v).

Daqui se infere que as abadessas ou monjas não podiam ter nada a ver com a dita consagração e que era o Capítulo Geral que dava poder aos abades para proceder à mesma ou para decidir sobre o assunto em questão. Ora esta passagem das Definições *velhas* constitui mais um indício de que, em contexto cisterciense, a prática da consagração das monjas acontecia, pese embora as interdições anteriores.

Os argumentos apresentados justificam a cópia e inserção da missa da consagração das virgens no final do missal Alc. 459, produzido no *scriptorium* em meados do século XV, partindo da nossa hipótese de que a missa e o ritual de consagração possam ser funcionado como o momento de um rito de admissão nas comunidades femininas. E, sabendo que cada adição tinha uma razão de ser, que toda a normativa era significativa, esta adição também o era. Por outro lado, nem mesmo num Mosteiro como Alcobaça se desperdiçava pergaminho. Podemos, pois, inferir que a cópia da missa e a sua integração no códice pressupõe o seu uso, ou seja, o Mosteiro

60 Anne E. Lester – *Creating Cistercian Nuns: The Women's Religious Movement and Its Reform in thirteenth-century Champagne*. Londres: Cornell University Press, 2011, p. 2, 19, 42 e 43.

61 Códice paradigmático da intenção e da ação reformista de Frei Estevão de Aguiar à frente do Mosteiro de Alcobaça porque reúne um conjunto de textos normativos, mas vertidos para português, para se tornar acessível a todos os não latinados, com o seguinte conteúdo: Prólogo (onde o abade apresenta o conteúdo do códice e explica a sua importância), seguem-se os *Costumes de Cister* (tradução portuguesa dos 18 capítulos do *Exordium parvum*); Compilações das *Definições do Capítulo Geral* de 1316/7 (velhas); *Definições novas* (entre 1316 e 1350); Forma de visitação e do modo de visitar; Tábua com os Estatutos do papa Bento (XII); Letra apóstolica em português (*Fulgens sicut stella*); Letra apostólica sobre a Ordem de Cristo; Privilégios de Calatrava; Estatutos de Calatrava; Cartas do Rei D. Dinis sobre Odivelas (1295 e 1306) e Método de falar por sinais, em português. Foi traduzido para português pelo ouvidor Estevão Vasques e copiado por Frei Bernardo e Frei Nicolau Vieira.

A reforma dos mosteiros cistercienses referida no Capítulo Geral de 1422 passava pela busca do caminho primitivo, no cumprimento da Regra e da disciplina monástica, num regresso às origens, à espiritualidade que brotava do rigorismo quase ascético que presidira à fundação da ordem de Cister. É por isso que durante o governo abacial de Frei Estevão de Aguiar, ao longo de década e meia, se assiste a uma clara renovação nos domínios cultural e intelectual no seio da comunidade cisterciense de Alcobaça.

de Alcobaça estava a dar apoio espiritual a um mosteiro feminino, sobre o qual tinha jurisdição.

Deixemos, por agora, a identidade do mosteiro feminino e concentremo-nos em questões de ordem litúrgica. Em anexo (Anexo 1) enumeramos as várias peças litúrgicas (orações, leituras e antifonas) que constituem esta missa, a partir do Alc. 459. Do ponto de vista litúrgico e no que concerne às fórmulas da missa deste códice, são iguais às da missa do Comum das Virgens de outros missais de Alcobaça, como se verifica no missal festivo Alc. 27, ou da missa de Santa Catarina, virgem e mártir, no missal Alc. 253 (mas sem as orações alternativas) e ainda outros manuscritos cistercienses⁶². No entanto, nem todos os dados estão acessíveis, por agora, pois a presença da missa pressupõe que Alcobaça tivesse também o texto com as fórmulas do ritual da consagração.

3. A profissão monástica feminina no *Ritual de Salzedas*

O segundo manuscrito desta nossa reflexão é um códice descoberto no Mosteiro de Salzedas e designado como *Ritual de Salzedas*, mas que havia sido copiado no Mosteiro de Alcobaça, para aí ser usado⁶³. Segundo Luís Miguel Rêpas e Catarina Fernandes Barreira, a sua origem é atestada por dois dos seus rituais – o da profissão dos monges, porque o voto ocorre especificamente no Mosteiro de Alcobaça⁶⁴ e um outro ritual, no âmbito das comemorações dos aniversários dos defuntos, em que tinha lugar uma procissão pelos espaços do Mosteiro, com quatro *stationes* litúrgicas e que começava justamente na Capela dos Reis, à entrada da igreja.

Este códice mede 155 X 213 mm e é constituído por um total de 76 fólios que, na sua génese, estavam organizados em nove cadernos, tendo depois recebido duas unidades codicológicas. O texto está disposto numa só coluna, com doze linhas e só exhibe foliatação da época. O manuscrito, datado dos finais do século XV ou dos primeiros anos da centúria seguinte⁶⁵, tem uma adição textual, uma unidade codicológica constituída por quatro fólios, que merece a nossa atenção porque é um

62 Ver Ofício do Comum das Virgens em Santa Maria de Valbona, in Michelle M. Herder – *Liturgy and the spiritual experience of religious women at Santa Maria de Valbona, Catalonia. Viator*. 40:2 (2009) 171-196; p. 193 e ss.

63 Catarina Fernandes Barreira e Luís Miguel Rêpas – Um Ritual de Alcobaça em Salzedas. In *Invenire: Revista de Bens Culturais da Igreja*. 12 (2016) 28-35; Idem – *Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016, p. 211-236; Idem – *Um Ritual de ungir e enterrar do Mosteiro de Alcobaça, descoberto em Sta. Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado*. Porto: CITCEM, 2017, p. 343-354.

64 *Obedientiam secundum regulam Sancti Benedicti abbatis et coram Deo et omnibus sanctis eius quorum reliquie hic habentur in hoc loco qui vocatur Alcobacia Cisterciensis ordinis et constructo in honorem beatissime Dei genitricis semperque virginis Marie in presentia domni N. abbatis* (fl. Alliv) in Luís Miguel Rêpas e Catarina Fernandes Barreira – *Place and Liturgy in an Illuminated Ritual...*, p. 214 e 215 e Idem – *Um Ritual de Alcobaça em Salzedas...*, p. 33.

65 Luís Miguel Rêpas e Catarina Fernandes Barreira – *Place and Liturgy in an Illuminated Ritual...*, p. 226 e ss.

excerto do ritual da profissão das monjas, mais concretamente, a entrega e a bênção dos símbolos, isto é, o véu e a cogula. O local onde esta unidade codicológica foi inserida, na lógica interna do manuscrito, não é despicienda: foi introduzida no fim da profissão dos monges e deve ser aqui objeto de análise contextualizada.

No *incipit* da profissão dos monges já tínhamos a indicação de que este *ordo* era também extensível às monjas: *Incipit officium ordinis ad monachum benedicendum professum. Hic ordo extenditur etiam ad moniales* (fl. AIII). Daqui Luís Miguel Rêpas e Catarina Fernandes Barreira deduziram que o seu uso já havia sido previsto em Alcobaça e em casas femininas ao tempo da sua redação⁶⁶.

Este dado articula-se não só com esta menção – que o rito era extensível às *moniales* –, mas também com outros indícios do manuscrito: nos *ordines* da unção dos enfermos e das exéquias, regista-se no espaço interlinear a indicação da versão feminina dos vocábulos (*famulum/ancilla; fratris/sorores*), elementos adicionados posteriormente e que reforçam a ideia do uso deste manuscrito em contexto feminino, nomeadamente dos dois *ordines*. À data da realização do “núcleo” do manuscrito, o seu uso em contextos femininos já estava previsto, o que depois foi confirmado pelo seu uso efetivo. A unidade codicológica que foi inserida no *Ritual de Salzedas* após o ritual da profissão dos monges corresponde às fórmulas específicas da profissão das monjas cistercienses, ou seja, às orações relativas à entrega e à bênção dos símbolos da vida monástica, o véu e a cogula, pelo abade do mosteiro masculino que tinha a jurisdição sobre a comunidade feminina.

A profissão monástica acontecia dentro da missa, após a Liturgia da Palavra: depois do chamamento dos candidatos, da homilia, do interrogatório e da oração litânica, tinha lugar a profissão. Estas fórmulas merecem a nossa atenção.

Com o auxílio de um outro manuscrito de Alcobaça, este já do século XVII, um *Caeremoniale* com a cota Alc. 106, que abordaremos mais adiante, vamos tentar reconstituir este ritual. Assim, depois de um ano de noviciado, a noviça era levada para o altar-mor pela mestra e levava consigo a carta de profissão. Fazia a promessa, usando uma fórmula que derivou de uma outra, mais antiga, com origem no Mosteiro de Montecassino⁶⁷ e que foi usada e adaptada por várias ordens religiosas:

“Ego soror N promitto stabilitatem meam et conversionem morum meorum et obedientiam secundo regulam sancti Benedicti coram deo et omnibus sanctis eius quod reliquia hic habentur in hoc loco qui vocatur N...”.

66 Luís Miguel Rêpas e Catarina Fernandes Barreira – *Place and Liturgy in an Illuminated Ritual...*, p. 216 e Idem – *Um Ritual de ungi e enterrar do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 348.

67 Mario Righetti – *Manuale di Storia Liturgica...*, p. 479.

na presença do abade e da abadessa e colocava a carta sobre o altar. Voltava para o seu lugar e, ajoelhada, entoava o *Gloria*, o *Kyrie* e o *Pater Noster*. O abade tomava a carta, a noviça era levada para junto das outras monjas e deitava-se no chão.

O abade e a cantora entoavam um conjunto de responsórios e versículos e quatro orações. O abade benzia a cogula e o manto, dizendo a primeira oração que vamos encontrar na adição do *Ritual de Salzedas*: *Deus eternorum bonorum fidelissime repromissor certissime per solutorum qui vestimentum salutare...* Era neste momento que lhe retiravam as vestes de noviça e lhe vestiam a cogula e a capa e o abade repetia a oração.

Em seguida, o abade benzia-lhe os véus, o que corresponde à 2.^a fórmula do *Ritual de Salzedas*, *Caput omnium fidelium deus et totius corporis salvator hoc operimentum velaminis quando famule tue propter tuum...* e, enquanto lhos colocavam, o abade dizia a 3.^a oração *Accipe velum sacratum puella quod perferas sine macula ante tribunal domini nostri Iesu Christi...*, a 4.^a *Famulas tuas quesumus domine, tue custodia muniat pietatis...* e a última oração, mais longa e com bênção, *Da quesumus omnipotens deus ut he famule tue...* E assim termina a adição do *Ritual de Salzedas*.

Após a bênção, a cantora dava início ao hino enquanto a nova monja estava de joelhos no presbitério; quando o hino findava, era levada pela mestra para o seu lugar no coro e o abade prosseguia a missa.

Este ritual da profissão das monjas é uma adaptação do ritual da profissão dos monges que, como dissemos, já fazia parte da normativa, isto é, dos *Ecclesiastica Officia*⁶⁸ e, por isso, está muito próxima, com fórmulas em comum.

Em relação ao percurso do *Ritual de Salzedas*, acreditamos que ele estava no Mosteiro de Alcobaça, mais concretamente na sacristia, em 1510. Dizemo-lo porque nas *Visitações a Mosteiros Cistercienses*, publicadas por Saul A. Gomes, um documento de 1519, que é um traslado do inventário da sacristia do Mosteiro de Alcobaça, de 1510, menciona os livros que estavam guardados na sacristia, maioritariamente de uso litúrgico, e refere um “lyvro de encomendar”⁶⁹. Achamos que é este o livro de encomendar a que o inventário se refere porque era a designação mais vulgar para este tipo de manuscritos, com este conteúdo, na época: o ritual das exéquias, que é bastante extenso, ocupa, no manuscrito, cerca de 1/3 dos seus fólhos. Se lhe juntarmos o sacramento da extrema-unção, porque era costume serem copiados em conjunto (e como assim se passa noutros manuscritos de Alcobaça e por questões óbvias, em que a unção dos enfermos antecede as exéquias⁷⁰), mais as colectas para

68 Daniele Choisselet e Placide Vernet – Choisselet, Danièle e Vernet, Placide – *Les Ecclesiastica officia cisterciens du XIIIe siècle* Choisselet, Danièle e Vernet, Placide – ..., p. 294 a 299.

69 Saul A. Gomes – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal...*, doc. 1, p. 69.

70 Nos manuscritos do *scriptorium* de Alcobaça, o sacramento da unção dos enfermos, com a sua ladainha, e o ritual dos defuntos, aparecem sequencialmente, em meia dúzia de manuscritos litúrgicos, nomeadamente colectários e breviários, datados entre os finais do século XII e o século XV. São eles: Alc. 29; Alc. 54; Alc. 66, Alc. 67, Alc. 165 e Alc. 166.

a comemoração dos aniversários dos defuntos, temos, de facto, uma designação que abrange uma boa porção do conteúdo litúrgico do códice. Por outro lado, embora tenhamos em conta as inúmeras perdas que a livraria do Mosteiro sofreu⁷¹, não sobreviveu nenhum outro manuscrito de Alcobaça a que possamos dar esta designação, nem aparece nada semelhante nos inventários⁷².

O *Ritual de Salzedas* deve depois ter ido emprestado para o Mosteiro de Salzedas, após o desmantelamento da Capela dos Reis, ocorrida entre 1510 e 1519⁷³, em data que desconhecemos, porque não aparece mencionado no Inventário de Alcobaça de 1656⁷⁴, nem nos inventários posteriores e também não exhibe o carimbo da livraria de Alcobaça, colocado talvez no século XVIII. Colocamos a hipótese de ter ido para Salzedas com o abade Frei Gerardo das Chagas, abade trienal de Alcobaça entre 1591 e 1594, que antes havia sido monge de Salzedas e que, após o abaciado em Alcobaça, regressa a Salzedas, onde morre em 1611 e fica sepultado⁷⁵. Ignoram-se os motivos pelos quais o manuscrito não foi devolvido a Alcobaça, como aconteceu com outros⁷⁶.

4. A profissão monástica num missal plenário da 1.ª metade do século XIV

Um testemunho que deve estar, do ponto de vista cronológico, entre o missal festivo Alc. 459 e o *Ritual de Salzedas*, é uma unidade codicológica que foi adicionada a um outro missal, plenário, datado da primeira metade do século XIV, o Alc. 26. Este códice já foi estudado por Horácio Peixeiro⁷⁷ e Catarina Fernandes Barreira⁷⁸

71 Aires A. Nascimento – Em busca dos códices alcobacenses perdidos..., p. 279-288.

72 Frei António de Araújo – *Index e summario dos livros que contem esta livraria de Alcobaça com o Epitome e declaração de todas as Tarjas, Emblemas, e quadros, de que está ornada, a qual livraria foi ampliada e renovada pelo grande zelo do nosso reverendíssimo Padre Frei Manuel de Moraes abade geral deste real convento*. 1656 (manuscrito). Fr. Bento de S. Bernardo – *Radius Bibliothecae Secu[n]dariae Regalis Archicoenobii Alcobacensi/ Ex quo Radioli Bis duodecim radiant*, 1684 (Manuscrito) e do mesmo autor, mesmo ano – *Radiolus Radiolarum Radii Bibliothecae Secundariae Regalis Archicoenobii Alcobacensis. Aurea clavis reserans bibliophilicium hoc magnum Alcobatiae* (Manuscrito). 1701. Manuel da Rocha – *Index Dos Livros manuscritos que há no Real Mosteiro de Alcobaça* (Manuscrito), 1723. Frei Francisco de Sá – *Index codicum Bibliothecae Alcobatiae, in quo non tantum codices recensentur, sed etiam quot tractatus, epistolae, &c. singuli codices contineant, exponitur, aliaque animadvertuntur notatu digna* (impresso). 1775.

73 Saul A. Gomes – Uma paisagem para a oração..., p. 49.

74 Frei António de Araújo – *Index e summario dos livros que contem esta livraria de Alcobaça*.

75 José João Loureiro e Miguel Portela – Abades perpétuos, comandatários e trienais da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça e Gerais da Congregação. Edição de autor, 2017, p. 23.

76 Sobre manuscritos emprestados e devolvidos: Catarina Fernandes Barreira *et al* – Through the eyes of Science and Art..., p. 252-282; Idem – O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV..., p. 329-341.

77 Horácio Peixeiro – *Missais iluminados séculos XIV e XV*...p. 234 e ss. Idem – As cores das imagens. A propósito da cor na iluminura alcobacense dos séculos XIV e XV. *Revista de História da Arte*. 3 (2007) 103-129; p. 121; Idem – Um missal cisterciense iluminado (Alc. 26) e as representações da Virgem e de São Bernardo. In *Actas do IX Centenário do nascimento de São Bernardo*. Braga/Alcobaça: Universidade Católica e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 195-218; p. 208-209.

78 Catarina Fernandes Barreira – Um missal alcobacense dos inícios do séc. XIV (Alc. 26). In *Medieval Europe in Motion. The circulation of artists, images, patterns and ideas from the Mediterranean to the Atlantic Coast (6th – 15th centuries)*. Edit. Maria Alessandra Bilotta. Palermo: Officina de Studi Medievali, 2018, p. 151-168. Idem – Le Compendium theologiae veritatis de

a propósito do seu programa decorativo, com duas dezenas de iniciais historiadas e das relações que estas últimas estabelecem com outros manuscritos do *scriptorium* de Alcobaça. Para o caso que estamos a estudar, interessa perceber o contexto histórico no Mosteiro quando foi feita a referida adição textual.

Inserida no início do manuscrito, a adição consta de quatro fólhos. Principia com uma memória de 1652 sobre a falta de azeite no Mosteiro durante o abaciado de Frei Gerardo; seguindo-se o Credo (fl. 2) e o *Ordo ad monachum benedicendum* (fl. 2v), um *ordo* que ficou incompleto, faltando-lhe algumas orações na parte final. Tal como o anterior, a profissão monástica acontece dentro da missa, com a solenidade que lhe é devida. O *ordo* tem início com a fórmula da promessa da profissão monástica dos monges cistercienses: *Ego frater N sacerdos vel diaconus vel subdiaconus vel acolitus vel clericus vel laicus promitto stabilitatem meam...* (fl. 2v) e prossegue a cerimónia, com o abade a dizer *Et ne nos*, os monges a responderem *Sed libera nos a malo* e o cantor a entoar o salmo *Miserere mei deus* e o coro o *Gloria patri*. É neste momento que o abade devia dizer *Salvum fac servum tuum*, mas o manuscrito tem antes a versão feminina da fórmula: *Salvuas fac ancillas tuas* (fl. 3). Seguem-se duas orações e, mais adiante, em vez de aparecer o texto *hunc famulum tuum*, temos a versão feminina, *hanc famulam tuam*, e duas vezes no mesmo fólio (fl. 4)⁷⁹. Como mencionámos, este *ordo* termina incompleto no fim do fl. 4v: desconhecemos o que teria acontecido aos fólhos que faltam, bem como a data em que deixaram de fazer parte deste manuscrito.

Este *ordo* da profissão masculina deve ter sido copiado de um ritual mais antigo, embora o texto fosse adequado à profissão feminina: o *scriptorium* de Alcobaça não devia ter disponível o *ordo ad moniales* na sua biblioteca e, por isso, não tinha também a fórmula inicial da profissão feminina, distinta da dos monges. Limitou-se a adaptar o que lhe era possível: o género dos excertos das fórmulas. Isto é, esta adição textual remonta a um período em que Alcobaça não teria ao seu alcance o ritual de profissão feminino e, por isso, esta unidade codicológica deve ser anterior ao *Ritual de Salzedas*⁸⁰. Atrás mencionámos que, quando ocorreu a expansão das comunidades femininas que adotaram os costumes cistercienses, o modelo não era

l'abbaye d'Alcobaça. In *Portuguese Studies on Medieval Illuminated Manuscripts*. Coord. Adelaide Miranda e Alcía Miguez. Barcelona-Madrid: Brepols, 2014, p. 105-129. Idem – O martírio de Santo Estevão em três manuscritos iluminados da abadia cisterciense de Alcobaça. *Anuario de Estudios Medievales*. 46/2 (Julho/Dez. 2016), 617-649; Luís Miguel Rêpas e Catarina Fernandes Barreira – *Place and Liturgy in an Illuminated Ritual...*, p. 211-236 e Catarina Fernandes Barreira – A festa do *Corpus Christi* no Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV. In *Equipamentos Monásticos e Prática Espiritual*. Coord. Maria de Lurdes Craveiro, Carla A. Gonçalves e Joana Antunes. Lisboa: Secretariado dos Bens Culturais da Igreja, 2017, p. 83-103.

79 Ver Ghislain Baurly – Une Bibliothèque Médiévale de Moniales Cisterciennes en Castille. Cañas et les *membra disjecta* de son missel. *Cîteaux. Commentarii cistercienses*. 61: 2-4 (2010) 141-183; p. 146.

80 Foi colocada a hipótese de serem contemporâneos, em Catarina Fernandes Barreira e Luís Miguel Rêpas – Um *Ritual de ungir e enterrar do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 348.

rígido, mas flexível⁸¹, e que a liturgia estava pensada para comunidades masculinas. Infelizmente desconhecemos em que data se fixaram as fórmulas e os textos próprios da profissão monástica cisterciense feminina.

Do ponto de vista da escrita⁸² e, em particular, da decoração iluminada – iniciais de cor com filigrana densamente rendilhada – esta adição está muito próxima dos manuscritos de Alcobaça da segunda metade do século XV, especialmente dos finais da centúria.

A integração das adições nos códices é significativa e deve ser feita em contexto também com aquilo que se tem disponível no *scriptorium* do Mosteiro, no momento: a missa da consagração foi agregada a um missal festivo, o Alc. 459, muito perto deste ter sido copiado, em meados do século XV, como se percebe das afinidades codicológicas entre o que se agrega e o núcleo do manuscrito; quando as fórmulas da profissão das monjas foram adicionadas ao *Ritual de Salzedas*, este também tinha sido copiado há pouco, pelo mesmo argumento do anterior, isto é, proximidades codicológicas entre o códice e a adição. No que diz respeito ao último códice, o texto do *ordo ad monachum* foi agregado a um missal (o que faz sentido porque, como referimos, a profissão monástica dos monges e das monjas acontece dentro da missa), mas cuja datação remonta à primeira metade do século XIV. Ou seja, aqui não se agregou uma fórmula que fazia falta a um códice acabado de copiar no *scriptorium*, mas a um códice mais antigo, embora com um programa iconográfico extraordinário, com mais de duas dezenas de iniciais historiadas⁸³. E uma vez que é a unidade codicológica que foi agregada que tem a memória de 1652 e que contém o carimbo da livraria de Alcobaça, podemos pensar que esta adição já fazia parte do códice, nesta ordem, quando o manuscrito foi catalogado, carimbado e talvez reencadernado.

Atendendo aos dados enumerados podemos dizer, com alguma certeza, que a presença destes testemunhos em códices saídos do *scriptorium* do Mosteiro, entre meados do século XV, e os inícios da centúria seguinte, constituem uma hipótese, já defendida por Catarina Fernandes Barreira e Luís Miguel Rêpas⁸⁴: o Mosteiro de Alcobaça estava, nesta altura, a adaptar os seus manuscritos litúrgicos para apoiar as casas femininas, ao que tudo indica, as que estavam sob a sua jurisdição.

81 Anne E. Lester – *Creating Cistercian Nuns...*, p. 2, 19, 42 e 43.

82 A propósito de um manuscrito de Braga, com o mesmo tipo de letra, gótica textual tardia, ver estudo de Joaquim Félix de Carvalho – *Pontifical de Luxo Brácaro-Romano. Ms 870 do Arquivo Distrital de Braga (1485 – 1516)*. Lisboa: Pedra Angular, 2010, p. 98-99; 241-242.

83 Catarina Fernandes Barreira – Um missal alcobacense dos inícios do séc. XIV (Alc. 26)..., p. 151-168.

84 No Ciclo de Conferências Manuscritos de Alcobaça, organizado pela DGPC/Mosteiro de Alcobaça e pelo Instituto de Estudos Medievais (IEM), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; a conferência em que esta hipótese foi apresentada, proferida no dia 23 de junho de 2017, teve por título: Reconstituição de uma procissão pelos defuntos no Mosteiro de Alcobaça, a partir de um manuscrito descoberto em Salzedas e Catarina Fernandes Barreira e Luís Miguel Rêpas – *Um Ritual de ungir e enterrar do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 347.

5. O Mosteiro de Alcobaça e o Mosteiro de Santa Maria de Cós

O apoio espiritual, por parte de Alcobaça, a comunidades femininas cistercienses, não é uma novidade. Já foi documentada por Luís Miguel Rêpas⁸⁵ para o Mosteiro de Odivelas, sujeito desde a sua fundação, à visita, reforma e correção do abade de Alcobaça. Ainda segundo o mesmo autor⁸⁶, São Dinis de Odivelas teve cinco capelães do Mosteiro de Alcobaça para dizer as missas, os ofícios e confessarem as monjas⁸⁷. Como mencionámos ao início, este apoio espiritual teve de ser acompanhado pelos respetivos livros, através dos quais a liturgia era celebrada diariamente, como os missais e os breviários (para o celebrante) e os antifonários ou livros de coro (para as monjas)⁸⁸. Livros que, nos primeiros tempos da comunidade, devem ter tido origem no *scriptorium* de Alcobaça.

Mas voltemos aos manuscritos analisados e às suas adições. A missa da consagração das virgens (Alc. 459), a profissão dos monges adaptada aos votos femininos (Alc. 26) e as fórmulas específicas da profissão monástica das monjas cistercienses (*Ritual de Salzedas*) não são rituais de celebração diária, mas antes acontecimentos pontuais ao longo do ano, que dependiam de processos de admissão e/ou recrutamento de monjas⁸⁹. Por este motivo e pelos dados enumerados, pensamos que estes códices deviam estar conservados no Mosteiro de Alcobaça, dele só saindo para celebrar tais acontecimentos pontuais – a missa da consagração e a profissão das monjas – e na companhia do abade, quem presidia aos rituais. No caso do *Ritual de Salzedas*, esta teoria fica ainda mais reforçada se articularmos os dados com os rituais da unção dos enfermos e das exéquias, com a versão feminina das palavras.

Ao partirmos destes pressupostos, que atendem às circunstâncias de saída dos códices do Mosteiro de Alcobaça – e repetimos, missa da consagração, profissão das monjas, unção das monjas enfermas e enterramento das mesmas –, a que casa feminina nos estamos a referir?

Uma pista importante foi-nos dada por um outro manuscrito de Alcobaça. De acordo com o Alc. 64, *Regimento dos Sacristães-Mores*, redigido no abaciado de D. Estevão de Aguiar (1431 – 1446), hoje desaparecido da Biblioteca Nacional, mas conhecido por transcrições de Gabriel Pereira⁹⁰ e Saul A. Gomes⁹¹, as freiras

85 Luís Miguel Rêpas – O Sagrado e o Profano nos Mosteiros femininos cistercienses..., p. 51.

86 Luís Miguel Rêpas – O Sagrado e o Profano nos Mosteiros femininos cistercienses..., p. 51

87 Luís Miguel Rêpas – O Sagrado e Profano nos Mosteiros femininos cistercienses..., p. 51.

88 Emilia Jamroziack – *The Cistercian Order in Medieval Europe...*, p. 138.

89 Sobre este tema e a origem social das monjas cistercienses, ver: Luís Miguel Rêpas – As abadessas cistercienses na Idade Média. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 63-91; p. 73, em particular a nota 39.

90 Gabriel Pereira – Trechos portugueses dos séculos XIV e XV. *Boletim da segunda classe da Academia das Ciências*. 5 (1911) 319-328.

91 Saul A. Gomes – A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça..., p. 423-448 e Idem – Uma paisagem para a oração..., p. 19-56.

da comunidade cisterciense de Cós eram sepultadas no cemitério do Mosteiro de Alcobaça e o sacristão de Alcobaça ficava com o seu cabeçal e a sua mantilha⁹². Neste âmbito, escavações arqueológicas realizadas em 2004 e publicadas em 2013⁹³, por uma equipa interdisciplinar vieram atestar a presença de ossadas femininas nos espaços exteriores do Mosteiro (Pátio do Colégio da Conceição). Seriam as ossadas das freiras de Cós, de acordo com o testemunho no *Regimento dos Sacristães-Mores*?

O Mosteiro de Cós, cujo levantamento documental foi levado a cabo por Saul A. Gomes e por Cristina Pina e Sousa⁹⁴, era uma comunidade feminina distinta dos demais mosteiros cistercienses portugueses: localizava-se a poucos quilómetros do Mosteiro de Alcobaça, inserindo-se no seu couto e com total dependência institucional e económica do mesmo, dele recebendo tudo o que era necessário para a sua manutenção económica e espiritual até, pelo menos, ao século XVI⁹⁵. Segundo Luís Miguel Rêpas, Cós era “uma comunidade cisterciense feminina com contornos bem distintos das demais, que se pauta por uma ligação de subordinação estreita ao Mosteiro de Alcobaça”⁹⁶. Subordinação e ligação institucional que, a confirmar-se o enterramento das monjas em Alcobaça testemunhado pelo *Regimento*, se prolongava mesmo depois da morte dos membros da comunidade.

Sobre a fundação do Mosteiro de Cós, sabe-se muito pouco, talvez pela ausência de patrocínio régio ou da nobreza, como aconteceu com outras casas femininas⁹⁷. A primeira referência documental às religiosas (ou *sorores*) de Cós remonta a 1241⁹⁸, ano em que as religiosas tinham as suas casas junto de uma charneca que

92 “Do que aia o sancristam per morte das freiras de Coz. Nota que quando se morrer alguma freira de Coz, o sancristam há d’aver hum cabeçal e a mantilha dela. E mais todallas ofertas que veerem pelas portas do moesteiro pera ele e pera seos companheiros”. *Apud* Saul A. Gomes – Uma paisagem para a oração..., p. 436. Esta informação, sobre a posse do véu das monjas depois de mortas é, do ponto de vista da religiosidade, um dado interessante porque “os véus fazem parte da materialidade da liturgia” (Teresa Berger – *Gender differences and the making of liturgical history*. Farnham: Ashgate, 2011, p. 13).

93 Maria Augusta Pablo T. Ferreira, António Jorge F. Figueiredo e Emanuel Carvalho – O(s) Colégio(s) de Nossa Senhora da Conceição de Alcobaça. Um olhar... In *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Coord. José A. Carreiras. Alcobaça: Jorlis, tomo II, 2013, p. 141-153.

94 Cristina Maria A. P. Sousa e Saul A. Gomes – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998.

95 De acordo com Claude de Bronseval – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531 – 1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. Tomo II. Paris: 1970, p. 464-469 e Luís Miguel Rêpas – Os Mosteiros cistercienses femininos em Portugal..., p. 64-65. Idem – A origem de alguns mosteiros cistercienses femininos no século XIII..., p. 168.

96 Luís Miguel Rêpas – Os Mosteiros cistercienses femininos em Portugal..., p. 64-65.

97 A propósito de outros mosteiros na mesma situação, ver Emilia Jamroziak – *The Cistercian Order in Medieval Europe...*, p. 140. Ver, sobre a origem social das monjas de Cós, Saul A. Gomes – Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós (Alcobaça) em tempos medievos. *Revista Portuguesa de História*. XXXVI (2002/2003) 141-160; p. 145 e 150.

98 BNL – Códice 1494, fls. 262-267; publicado por Cristina Maria A. P. Sousa e Saul A. Gomes – *Intimidade e Encanto...*, doc. 13 e Saul A. Gomes – Acerca da origem social das monjas cistercienses..., p. 143.

pertencia ao Mosteiro de Alcobaça⁹⁹, ainda que a organização da comunidade, com a submissão de onze *sorores* à autoridade de uma *abadessa*, segundo Saul A. Gomes, se documente apenas em 1337¹⁰⁰. Em 1393, o número de religiosas diminuiu para sete¹⁰¹.

De acordo com Claude de Bronseval, o Mosteiro de Cós havia resultado de um grupo de mulheres pobres, viúvas e merceeiras, que “lavavam a roupa branca dos monges de Alcobaça”¹⁰² e que, nos primeiros tempos, não estavam organizadas sob as regras de uma comunidade monástica mas que, a longo prazo, evoluíram para uma comunidade organizada e inserida na Ordem de Cister¹⁰³. Esta situação era comum, pois de acordo com a realidade, se atendermos ao contexto europeu dos séculos XIII e XIV, não existia um só modelo de casa cisterciense, mas variadas situações, com contornos permeáveis¹⁰⁴. O que vai de encontro ao testemunho do Cardeal D. Afonso, de 1532, ao mencionar que, no passado, “as monjas de Cós, merceeiras professoras, não rezavam as horas canónicas, somente diziam em lugar das horas, certas vezes o pai-nosso...”¹⁰⁵. Um recolhimento de mulheres devotas e piias, sem estarem sujeitas a uma regra, que davam apoio aos monges do Mosteiro de Alcobaça e, em troca, dele recebiam tudo o que necessitavam¹⁰⁶. E deve ter sido no âmbito desse lento processo de evolução da comunidade de Cós que, entre os séculos XIV e XV, alcança uma situação integrada e orientada pela normativa cisterciense, que os manuscritos mencionados receberam as adições, entre meados do século XV, e as primeiras décadas do século XVI, em função da ligação institucional entre as duas comunidades que existia desde o século XIII e que se manteve.

Esta situação de integração de Cós na normativa cisterciense pode ter sido favorecida pelo clima de observância e reforma no contexto cisterciense português que se vivia no século XV. Por esta altura, mais concretamente em 1484, o Mosteiro de Alcobaça recebe o visitador Frei Pedro Serrano. A carta de visitação constitui um testemunho importante da dependência do Mosteiro de Cós, porque contém

99 ANTT – Mosteiro de Alcobaça, 1.ª Incorporação, m. 7, doc. 4 (publicado por Mário Júlio Brito de Almeida Costa – *Origem da Enfiteuse no Direito Português*. Coimbra, 1957, doc. 143; Cristina Maria A. P. Sousa e Saul A. Gomes – *Intimidade e Encanto...*, doc. 41.

100 Cristina Maria A. P. Sousa e Saul A. Gomes – *Intimidade e Encanto...*, doc. 55.

101 Cristina Maria A. P. Sousa e Saul A. Gomes – *Intimidade e Encanto...*, doc. 56.

102 De acordo com o testemunho de Claude de Bronseval – *Peregrinatio Hispanica...*, p. 464-469.

103 Uma situação semelhante a outras in Emilia Jamrozick – *The Cistercian Order in Medieval Europe...*, p. 127; 135. Ainda de acordo com esta autora, em 1228 o Capítulo Geral “issued a prohibition against further incorporations, wich was repeated in 1239 and again in 1241 with slightly diferente clauses for possible grounds of exceptions” e até o papa Inocêncio IV se manifesta, através de uma bula “allowing the Cistercians to refuse to accept any further female houses.” In *The Cistercian Order in Medieval Europe...*, p. 129.

104 Elizabeth Freeman – Nuns. In *The Cistercian Order*. Edit. Mette Birkedal Brunn. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 100-111 e Emilia Jamrozick – *The Cistercian Order in Medieval Europe...*, p. 129; 132-133; Anne E. Lester – *Creating Cistercian Nuns...*, p. 18 e ss.

105 Cristina Maria A. P. Sousa e Saul A. Gomes – *Intimidade e Encanto...*, doc. 74.

106 Anne E. Lester – *Creating Cistercian Nuns...*, p. 18 e ss; p. 42 e ss.

as orientações sobre a quantidade dos alimentos que cabia às monjas, bem como o vinho e o azeite e também sobre as roupas das conversas¹⁰⁷.

Vale a pena mencionar que, na visitação de 1532, feita por D. Edme de Saulieu, este é recebido no Mosteiro de Cós e faz carta de visitação independente de Alcobaça¹⁰⁸. Na altura, o Mosteiro de Cós tem 29 professoras e 3 noviças, um número elevado de monjas para tão humildes condições. A visitação regista que na igreja do Mosteiro de Cós não existiam os santos óleos da extrema-unção e quando deles havia necessidade, procuravam-se junto do Mosteiro de Alcobaça. Ou seja, em caso de morte iminente, chamava-se o abade de Alcobaça ou alguém por ele nomeado para dar a extrema-unção. Acrescentamos nós que também os manuscritos com o ritual respeitante a este sacramento, bem como o ritual das exéquias, deviam estar conservados em Alcobaça. E seria, talvez, o *Ritual de Salzedas* por conter a versão feminina de alguns termos nas fórmulas da extrema-unção e do ritual das exéquias. Atentemos agora na acta de visitação feita por Edme de Saulieu ao Mosteiro de Alcobaça, publicada por João Soalheiro:

“(7) Item. O sacristão tenha o cuidado de manter limpa a igreja do mosteiro, a qual deve ser varrida pelo menos uma vez por mês por aqueles que não forem sacerdotes [e] que não estiverem ocupados a ler. E que ele se assegure que o altar-mor esteja respeitavelmente decorado e que os outros [altares] menores sejam ornados de forma reverenda. Os livros que servem para a missa e para o ofício divino que estiverem danificados sejam reparados e multiplicados, porque são poucos. Por esta razão, que sejam recuperados e trazidos de volta para o mosteiro aqueles emprestados às monjas de Cós”¹⁰⁹.

Ou seja, nos inícios do século XVI, havia livros de Alcobaça destinados à missa e ao ofício no Mosteiro de Cós, isto é, livros usados pelos capelães que davam apoio espiritual às monjas. Não sabemos se foram devolvidos ao não. Certo é que, ao tempo da extinção, quando se lavra o inventário dos bens¹¹⁰, os livros do mosteiro recenseados no respetivo inventário de bens correspondiam a nove missais, sem indicação se eram impressos ou manuscritos (cinco ao uso cisterciense e quatro ao

107 Saul A. Gomes – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal...*, p. 178 e 179. Neste âmbito, ver o que muito recentemente Iria Gonçalves publicou sobre as donas de Cós em *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média*. Alcobaça: DGPC/Mosteiro de Alcobaça, Cooperativa Agrícola de Alcobaça, 2017, p. 454-457.

108 Cristina Maria A. P. Sousa e Saúl A. Gomes – *Intimidade e Encanto...*, doc. 1.

109 João Soalheiro – *More Cisterciensis Ordinis: Acta da visitação de D. Fr. Edme de Saulieu, abade de Claraval, ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (1532)*. In *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Coord. Amélia A. Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 616.

110 Saul A. Gomes – A supressão do Mosteiro de Santa Maria de Cós. *Cadernos de Estudos Leirienses*. 2 (2013) 39-60; Idem – A supressão do Mosteiro de Santa Maria de Cós. *Documentos. Cadernos de Estudos Leirienses*. 3 (2014) 127-144. Ver também Paulo Barata – *As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses...*, p. 125-152.

uso romano) e dezasseis livros de cantochão (decerto Livros de Coro, Temporais e Santorais, também sem a indicação se eram impressos ou manuscritos)¹¹¹.

6. Um *Caeremoniale monasticum* do século XVII

Foi sob o abaciado do cardeal-infante D. Henrique (1512 – 1580)¹¹², que o Mosteiro de Alcobaça experienciou uma nova realidade, de “autonomia jurídico-canónica”¹¹³ em relação a Cister, com a criação da Congregação cisterciense de Santa Maria de Alcobaça, a 26 de Outubro de 1567¹¹⁴. As orientações saídas da Congregação, alinhadas com Trento na reforma e na observância da regra, ficaram plasmadas no texto *Diffiniçoens da Ordem de Cistel*, impresso em Lisboa, vinte e seis anos depois, decorria o ano de 1593¹¹⁵. Neste regimento das casas cistercienses portuguesas estão plasmadas orientações face a variados aspectos da vida cisterciense e também sobre as relações institucionais entre os mosteiros, masculinos e femininos.

Acreditamos que foi no âmbito destas ligações institucionais, entre o Mosteiro de Alcobaça como cabeça da Congregação e os demais mosteiros cistercienses portugueses, em particular com o Mosteiro de Cós que, no *scriptorium* alcobacense, se copiou o códice Alc. 106, anteriormente aqui referido, com os rituais do *Recebimento das noviças* e do *Benzimento das monjas*, e também dos monges. É um facto que o Mosteiro de Alcobaça não se limita a copiar por copiar, e acumular e a conservar livros; o *scriptorium* não desperdiça materiais e copia e preserva, de forma sistematizada e organizada, enquanto integrada num processo selectivo que, como dissemos atrás, responde aos interesses intelectuais e litúrgicos de uma comunidade e às exigências do contexto. Assim, é provável que este códice tenha sido redigo pelo facto de, nessa altura, já o *Ritual de Salzedas* ter saído do Mosteiro de Alcobaça. Era, necessário, pois, outro livro com o mesmo conteúdo, sobretudo porque as monjas de Cós devem ter professado às mãos dos abades de Alcobaça até 1833¹¹⁶.

111 Saul A. Gomes – A supressão do Mosteiro de Santa Maria de Cós..., doc. 3, p. 50 e 58 e Idem – A supressão do Mosteiro de Santa Maria de Cós..., doc. 7, p. 132. Ver também doc. 11.

112 Sobre a sua ação enquanto comendatário e administrador perpétuo de Alcobaça, ver Amélia Polónia – *D. Henrique*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 84 e p. 90 e ss.

113 Saul A. Gomes – A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu conhecimento. *Lusitania Sacra*. 18 (2006) 375-431.

114 Saul A. Gomes – A Congregação cisterciense de Santa Maria de Alcobaça..., p. 375 e ss. Alejandro Masoliver – Los Cistercienses en España y Portugal. In *Los Cistercienses. Ideales y realidad*. Coord. Louis Lekay. Barcelona: Editorial Herder, 1987, p. 527 e ss.

115 *Diffiniçoens da Ordem de Cistel e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça*. Lisboa: por Antonio Aluategui, 1593. Este impresso pertence à livreria do Mosteiro de Alcobaça, como o atestam os carimbos da livreria e a nota marginal “Livraria de Alcobaça” na folha de rosto. Exibe também algumas notas nas margens e sublinhados.

116 Cristina Maria A. P. Sousa e Saul A. Gomes – *Intimidade e Encanto...*, p. 126.

Este pequeno *Caeremoniale*¹¹⁷ é um manuscrito em papel, mede 141 X 95 e apresenta na sua primeira folha o índice das cerimónias que contém. As três folhas seguintes acolheram um texto acompanhado de notação musical, decerto redigido depois do índice e da aposição do carimbo da livraria, o qual resulta com certeza de uma redação posterior ao núcleo primitivo do códice, talvez já do século XVIII. Interessa-nos analisar o seu conteúdo: tem início com três pautas musicais e a antífona: *Prudentes virgines aptate vestras* (Mateus 25, 6) e, mais adiante, o texto: *Virgines seu sancti moniales dignemini benedicere, et consecrare, ac Domino nostro Jesu Christo, summi Dei Filio, desponsare, ao que se segue o interrogatório do bispo – Quanta humana fragilitas – e o Venite. Ora esta fórmula faz parte da missa da consagração das virgens, corresponde à chamada das virgens e já fazia parte do Pontifical Romano*¹¹⁸. Esta adição, em articulação com os outros rituais deste *Caeremoniale*, nomeadamente o *Recebimento das noviças* e o *Benzimento das monjas*, contribui para reforçar a hipótese que colocámos atrás: que em contexto cisterciense português, a missa e o ritual de consagração das virgens, devia ser uma cerimónia de admissão, de entrada no Mosteiro, das mulheres que desejavam consagrar a sua virgindade a Deus, fazendo voto de castidade perpétua, assumindo assim um compromisso diferente das mulheres que professavam (tomavam hábito, em simultâneo com os votos de pobreza e obediência).

Para terminarmos, pensamos que a existência deste códice manuscrito, com marcas de uso, com um conteúdo litúrgico destinado a mosteiros femininos e casas masculinas, reforça a ideia de uma ligação jurisdicional e litúrgica entre o Mosteiro de Alcobaça e os mosteiros femininos depois da Congregação de Santa Maria de Alcobaça, nomeadamente com aquele que lhe estava tão próximo e com o qual mantinha laços institucionais fortes como Santa Maria de Cós¹¹⁹. A sua presença na livraria do Mosteiro de Alcobaça parece confirmar o que atrás dissemos: que estes códices saíam de Alcobaça em momentos pontuais, ao que tudo indica na posse do abade e com ele regressavam. Os códices analisados são testemunhos do cuidado e do desvelo que os monges de Alcobaça tinham pelos livros do mosteiro, uma noção de pertença e de salvaguarda que foi responsável pela chegada dos manuscritos da livraria aos nossos dias. A propósito do livro e da sua preservação, Aires A. Nascimento diz o seguinte: “Um facto é inegável: a cultura do livro, ainda que pareça sustentada pelo registo da escrita, necessita de vigilância e de continuidade nas atitudes colectivas.”¹²⁰

117 Frei Francisco de Sá – *Index codicum Bibliothecae Alcobatiae...*, p. 182.

118 *Dizionario degli istituti di Perfezione*. Dir. Guerrino Pellicia e Giancarlo Rocca. Vol. II..., p. 1625.

119 Cristina Maria A. P. Sousa e Saul A. Gomes – *Intimidade e Encanto...*, p. 126; Saul A. Gomes – *A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça...*, p. 375-431. O ritual da consagração das virgens continuou a ser praticado em contexto cisterciense como o atesta um *Livro de Usos e Costumes de Alcobaça*, impresso em 1788, assunto que pretendemos desenvolver numa outra oportunidade.

120 Aires A. Nascimento – *Novos fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na Torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada*. *Península, Revista de Estudos Ibéricos*. 2 (2005), p. 15.

Notas finais

Para concluirmos, resulta claro de que forma o conteúdo de um códice litúrgico pode contribuir para um melhor conhecimento da vivência monacal em ambiente cisterciense, em particular na relação vertical entre casas. Era nossa intenção partir dos quatro códices litúrgicos (dois missais, um ritual e um cerimonial), analisarmos o significado e a funcionalidade do que lhes foi agregado, no contexto do Mosteiro de Alcobaça e no âmbito das relações que estabeleceu com outros mosteiros, nomeadamente com contextos cistercienses femininos sobre os quais exercia jurisdição institucional. As adições textuais apostas aos quatro manuscritos de uso litúrgico agora escrutinados sugerem uma evolução do vínculo das relações tecidas por Alcobaça com o mosteiro vizinho de Santa Maria de Cós.

À data em que as adições foram feitas e agregadas aos códices, estas estavam enquadradas num projeto reformador que caracterizou o Cister português, no dealbar da modernidade, através da aplicação rigorosa da normativa aos procedimentos de entrada na vida em reclusão de uma pequena comunidade nascida da vontade de um grupo de mulheres devotas e pias – merceiras que não rezavam as horas canónicas – e que se transformou num Mosteiro de observância cisterciense.

Anexo 1. Missa da consagração das virgens, in BNP, Alc. 459.

In natale virginum ad missam introitus [fl. 101]

Antífona do Intróito: *Dilexisti iustitiam et odisti iniquitatem*

Salmo: *Eruclavit cor meum verbum*

Colecta: *Exaudi nos Deus salutaris noster et sicut*

Epístola: *Ad Corinthios. Fratres que gloriatur in domino gloriatur*

Responsório: *Dilexisti iustitiam et odisti iniquitatem*

Versículo: *Propterea unxit te deus deus tuus oleo*

Versículo: *Specie tua et pulchritudine tua intende*

Evangelho: *Secundum Matheum In illo tempore. Dixit Ihesus discipulis suis parabolam hanc simile*

[fl. 101v] Antífona do Ofertório: *Offerentur regi virgines post eam proxime eius offerentur tibi in laetitia et exultatione adducentur in templum regi Domino*

Secreta: *Accepta tibi sit domine sacrate plebis*

Comunhão: *Diffusa est gratia in labis tuis*

Pós comunhão: *Saciasti domine familiam tuam*

[Orações alternativas em dia de virgem e mártir] *Indulgentiam nobis domine beate N. virgo*

Secreta: *Suscipe munera domine quasumus que in beate N. virgo*

Pós comunhão: *Auxilientur nobis domine*